

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### Os regulamentos da instrução pública em Sergipe e a educação física no ensino primário (1890-1930)

Ana Carrilho Romero Grunennvaldt<sup>1</sup>

**Resumo:** O estudo investigou a introdução da Educação Física nas propostas de reformulação educacional do Brasil, a partir da legislação educacional sergipana que normatizou o ensino primário nas primeiras décadas republicanas. As fontes examinadas demonstram que a Educação Física tornou-se objeto de projetos de reformas educacionais que despertaram a atenção do Estado, de intelectuais e políticos, embora se constate que, em Sergipe, a realidade da rede de ensino dificultava o desenvolvimento das atividades e dos exercícios físicos que então se recomendavam. Conclui-se, enfim, que a disciplina em foco, passava a ser defendida como requisito fundamental para a formação integral do cidadão, pois potencializava a ação educativa na medida em que canalizava as energias vitais do indivíduo na direção social do processo produtivo.

**Palavras-chave:** Educação Física na Primeira República; Educação Física em Sergipe; Educação Física e reforma educacional.

**Abstract:** The legislation of Public Instruction in Sergipe and the Physical Education in Primary Education (1890-1930)

This study investigated the introduction of Physical Education in the proposals of educational reformulation in Brasil, from the educational legislation of Sergipe which regulated Primary Education during the first republican decades. The examined sources demonstrate that Physical Education became an object of projects of educational reformation which called the attention of the political State, intellectuals and politicians, although in Sergipe the reality of schooling represented an obstacle for the development of activities and physical exercises which were then recommended. We came to the conclusion that the discipline turned out to be defended as a fundamental request for the integral formation of citizenship, once it made educational action stronger, channelling vital energies of individuals towards the social direction of productive process.

**Keywords:** Physical Education in the First Republic; Physical Education in Sergipe; Physical Education and Educational Reformation.

#### Introdução

O final do século XIX apresenta um quadro de mudanças, cujos desdobramentos se estendem até o século XX. Nesse momento, que se denominou de imperialismo, as grandes potências da Europa passam a praticar políticas intervencionistas no resto do mundo, dividindo entre si as regiões ainda não colonizadas, e reconhecendo-se nas extensões

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe

extraterritoriais onde exerciam influência, poder e monopólio, principalmente de ordem econômica.

A expansão desses países se fundamentou, primordialmente, no grande avanço científico e tecnológico que permitiu a produção econômica em larga escala e na conseqüente busca de novos mercados, fontes de recursos naturais e, em especial, de matérias-primas, seguindo, em menor escala, a exportação dos grandes excedentes de recursos financeiros e capitais. Como resultado, nações de tradição agrícola viram-se envolvidas pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização, algumas expandindo suas fronteiras territoriais e todas adquirindo novos hábitos de produção e consumo, conformes aos novos padrões ditados pela economia de base científico-tecnológica (SEVCENKO, 1999).

Tratar dos processos de inclusão das sociedades que, ainda calcadas em modos de vida tradicionais, já se viam impregnadas de hábitos e práticas compatíveis com padrões de economia de base científica e tecnológica, certamente requer destacada atenção para as diversas esferas da base econômica e cultural. Neste trabalho, privilegiaremos a segunda, sem perder de vista que ambas interagem e que há uma determinação, em última instância, da primeira. Focalizaremos, especialmente, o processo de inserção da escola como agente de construção da modernidade no Brasil, durante as três últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Da luta desenfreada das nações européias em busca de novos mercados e novos campos de fornecimento de matéria-prima, conseqüências nefastas foram deixadas para trás. Essas tentativas resultaram em mudanças de culturas seculares: suas bases foram desestruturadas, desencadeando uma série de revoltas e levantes, de guerras regionais contra o invasor europeu. A superioridade bélica e econômica era o elemento decisivo com que contava o europeu na conquista de novos mercados e possessões. No entanto, apenas territórios e mercados não eram suficientes para estabelecerem-se as hegemonias pretendidas; corações e mentes teriam que ser convertidos a padrões compatíveis com os da civilização moderna, e à educação coube a incumbência de converter e assimilar esses contingentes populacionais.

No Brasil, por motivos históricos, sociais, políticos e etnográficos, o processo de assimilação provocou instabilidades que geraram novas proposições que se tornaram mais intensas nas últimas décadas do século XIX. O panorama do período favorecia a articulação de idéias novas, abarcando os vários campos do saber e da ação, entre eles os da Filosofia, da Ciência, da política e da cultura, implicando posições contestadoras, que procuravam instaurar

uma nova ordem (SEVCENKO, 1999, p.15). Diante disso, as então províncias brasileiras pretenderam acompanhar o quadro de mudanças, adotando medidas que fossem compatíveis com a nova conjuntura que despontava.

Em Sergipe, contornos desse processo podem ser reconhecidos em algumas ocorrências, como a consolidação de Aracaju como capital, logo se firmando a mais atraente cidade do Estado, para onde convergiam sergipanos do interior, buscando os serviços e benefícios de um centro urbano que oportunizava melhores condições de vida. A adaptação do setor açucareiro, no período a maior fonte de riqueza da província, é outro aspecto, substituindo-se seu meio de produção, da manufatura para o processo industrial<sup>2</sup>. Além das usinas de produção de açúcar, a cultura do algodão ganha importância, possibilitando a instalação das primeiras unidades de beneficiamento do produto e fábricas de tecidos na província, as quais vão marcar forte presença em alguns municípios, no decorrer do século XX. O crescimento urbano e o desenvolvimento do setor industrial sergipano, conseqüentemente, vão favorecer a formação de uma camada social intermediária que, no campo, é composta por pequenos e médios proprietários e, na cidade, por uma certa diversidade de indivíduos ligados ao comércio, à burocracia provincial ou às profissões liberais. Esses indivíduos, apesar de serem ainda poucos e dispersos, desfrutando de fraco prestígio político, paulatinamente e de modo iterativo, irão se envolver em iniciativas que, com o transcorrer do tempo, darão origem a novas preocupações e interesses sociais, destoantes das propostas políticas vigentes, ou seja, farão surgir aspirações sociais por mudanças de significado (DANTAS, 1999, p. 54).

A reorganização da província em Estado e o processo de urbanização foram fatores decisivos na consolidação da República em Sergipe, acrescentando-se, ainda, o afloramento de novas necessidades da população sergipana, dentre elas a da escolarização que, associada ao ideário republicano, tinha um propósito específico, o de sustentar a participação dos cidadãos no novo regime político. Todavia, tratava-se de uma aspiração que não se realizou em sua amplitude, nem mesmo de forma sofrível. Nagle (1976) ressalta que as tentativas brasileiras naquele período, para desenvolver o sistema escolar, sempre acabavam perdendo a força inicial, frustrando-se a luta contra as condições então predominantes. É nesse sentido que procuramos pensar que, apesar dos limites estabelecidos pela conjuntura, houve, realmente, iniciativas para definir e organizar o ensino primário em Sergipe.

---

<sup>2</sup> Era a técnica que avançava e o homem diante dos desafios procurava utilizar novas máquinas para atender a maiores exigências. E os engenhos a vapor que deixavam obsoletos os de tração animal eram por sua vez superados por um novo complexo industrial mais eficiente: as usinas (DANTAS, 1999, p. 43).

O fato é que na região Nordeste, especialmente em Sergipe, onde o Estado não teve a mesma presença e os mesmos desenvolvimentos, perderam, por bom tempo, sistemas educacionais dissociados das necessidades locais, presos a estruturas políticas por demais arcaicas, incapazes de promover a renovação social.

Nas propostas de reformulações educacionais associadas ao processo de instituição do regime republicano em nosso país, houve a busca de referência num projeto educacional de vanguarda, no caso representado pela proposta paulista<sup>3</sup>. As mudanças na educação sergipana, nos primeiros tempos republicanos, são marcadas por uma expressiva diversidade de leis, decretos e outros atos, como mostra Oliveira<sup>4</sup>.

*Em Sergipe, chama a atenção a freqüência com que ocorriam as tentativas de mudanças na organização da escola pública, através de regulamentos dirigidos à instrução pública. A descontinuidade política e administrativa era visível. Nos quarenta anos de Primeira República as mudanças se sucediam em todos os ramos da instrução pública alterando no todo ou em parte a organização da escola. No ensino primário foram vinte e sete atos dos poderes executivo e legislativo, no ensino secundário trinta e seis, e no ensino normal trinta e cinco, no ensino profissional doze e no ensino superior três (OLIVEIRA, 2004, p. 11).*

A maneira com que se efetivam as iniciativas do poder executivo e do legislativo, na regulamentação da instrução pública do Estado, sinaliza, para a autora, visões diferenciadas na construção da República. Seriam mudanças que ocorriam num quadro de instabilidade política, destacando-se as dos primeiros anos republicanos, observando-se a ausência de rumos pela falta de uma coordenação nacional da educação, embora se realçasse o papel do governo como um agente intencional de mudanças (Ibidem, p.47).

<sup>3</sup> Saviani (2004) destaca que, em São Paulo, houve a tentativa de preencher os requisitos básicos implicados na organização dos serviços educacionais na forma de sistema: a) Organização administrativa e pedagógica do sistema como um todo, o que implicava a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação das atividades educativas; b) construção ou aquisição de prédios específicos para funcionar como escolas; c) dotação e manutenção nesses prédios de toda a infra-estrutura necessária para o adequado funcionamento do ensino; d) instituição de um corpo de agentes, com destaque para os professores, definindo-se as exigências de formação, os critérios de admissão e a especificação das funções a serem desempenhadas; e) definição das diretrizes pedagógicas, dos componentes curriculares, das normas disciplinares e dos mecanismos de avaliação das unidades e do sistema de ensino em seu conjunto; f) organização das escolas na forma de grupos escolares, superando, por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas, o que implicava a dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhos por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos, emergindo, assim, a questão da coordenação dessas atividades também no âmbito das unidades escolares. (SAVIANI, 2004, p.18).

<sup>4</sup> O estudo de Dilma de Oliveira (2004), *Legislação e Educação: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República – 1889/1930* mostra-nos um relevante itinerário percorrido pelo ensino primário sergipano e ressalta que, “no conjunto de ações e procedimentos, tanto de natureza pedagógica como política, constatamos a ausência de rumos, de um desenho nítido na conduta de um projeto amplo que favorecesse o acesso da maioria da população à educação escolar. Por outro lado, o volume de atos dirigidos à instrução no sentido de reformulá-la indicou que a educação foi pensada e reafirmada insistentemente no sentido de incorporar-se a um projeto republicano de sociedade que também não se afirmou” (OLIVEIRA, 2004, p. 5).

## **Procedimentos metodológicos e resultados**

O presente estudo toma como referência os regulamentos da instrução pública de Sergipe, no período enfocado. A legislação é instrumento hábil que autoriza a intervenção do poder público, no sentido de estabelecer uma ação uniforme e unidirecional, para a concretização de um objetivo predeterminado, indicando métodos e disponibilizando meios para tanto. A eficácia de sua ação, decerto, dependerá das possibilidades dos indivíduos necessariamente envolvidos na apropriação do que lhes é transmitido. Nessa perspectiva, a partir das leis educacionais da época, cabe a consideração dos atos normativos do poder executivo e suas práticas em relação às matérias constitutivas do ensino primário, focalizando-se, especialmente, a Educação Física, considerando-se, de antemão, que também recebia essa disciplina outras nomenclaturas, tais como Higiene, Exercícios Físicos, Exercícios Militares e Ginástica. Isso implica conhecer e analisar as determinações que nortearam as escolhas de disciplinas, seus conteúdos, práticas e tratos metodológicos, em detrimento de outras opções.

O período abordado pelo estudo (1890-1930) é uma fase em que as necessidades sociais urgiam novos procedimentos, medidas e propostas educacionais condizentes com o processo desencadeado, principalmente pela mudança do regime político. Ademais, com os tempos modernos, aspira-se a transformações de valores, normas e atitudes, desígnios cujas envergaduras exigiam encadeamentos de ordem cultural substanciais, que, necessariamente, se dimensionariam nos procedimentos educacionais.

*Nos anos oitocentos e novecentos a educação torna-se quase um centro de gravidade da vida social: o momento em que se organizam processos de conformação às normas coletivas, em que a cultura opera sua própria continuidade, em que os sujeitos superam sua própria particularidade (de indivíduos, de etnia, de classe) para integrar-se na coletividade, mas através do qual também recebem os instrumentos para inserir-se dinamicamente neste processo, solicitando soluções novas e mais abertas (CAMBI, 1999, p. 381).*

Indagamos sobre as interpretações desse contexto educacional e apontamos para uma perspectiva histórica que busca compreender os mecanismos que induziram a determinadas posturas e o porquê de algumas interpretações prevalecerem sobre as outras. A respeito disso, recorreremos a Chervel (1990), que ressalta que fenômenos educacionais são suscetíveis de serem interpretados, segundo as finalidades sociais que se impõem ao contexto escolar.

*A história das disciplinas escolares, colocando os conteúdos de ensino no centro de suas preocupações, renova as problemáticas tradicionais. Se é verdade que a sociedade impõe à escola suas finalidades, estando a cargo dessa última, buscar naquela apoio para criar suas próprias disciplinas, há toda razão em se pensar que é ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e transformação históricas da escola (CHERVEL, 1990, p. 219).*

Para o exame da realidade sergipana e das circunstâncias em que a prática pedagógica da Educação Física se estrutura, temos como referência a legislação formulada no período. Nunes (1994) coloca-nos que os governos municipais e estaduais e as diretorias ou secretárias de Educação se configuram como um locus privilegiado para a definição do direito escolar, responsáveis por um conjunto de textos que são predominantemente normatizadores, justificadores e operacionais das modificações pretendidas. E, ainda, que a farta legislação escolar produzida, com conteúdos práticos, codifica espaços, saberes e poderes, definindo o que é considerado justo, ao mesmo tempo em que delimita um conjunto de soluções jurídicas para problemas postos pelo contexto pedagógico.

A documentação investigada evidenciou que em Sergipe, inicialmente, a Educação Física foi temática que ganhou concepções alargadas nas discussões. Isso se deu a partir da necessidade de responder às circunstâncias da inovação pedagógica que então se difundia, lançando mão de uma proposta educativa integral: física, moral e intelectual. Num momento posterior, os entendimentos sobre a Educação Física atêm-se a um conteúdo que passa a compor o programa do ensino primário sergipano e vai incorporar as exigências de um encaminhamento metodológico específico e conseqüente, prevendo-se, inclusive, a qualificação dos professores para melhor aproveitamento desse conteúdo.

Percebe-se, a partir dos regulamentos analisados, que as propostas para a Educação Física contemplam ambos os momentos, de forma tal que aparecem entrelaçados. Constatou-se o entusiasmo com as propostas de Educação Física, primeiramente nos atos normativos ligados à instituição do regime republicano brasileiro, verificando-se, todavia, que pouco sucesso foi obtido no enfrentamento das idéias resistentes e da falta de condições concretas para sua sustentação. O que se efetivou, de fato, foi um reordenamento de forças conservadoras em que, no tocante à Educação Física, nenhuma proposta digna de nota desenvolveu, atendo-se, tão-somente, à contemplação breve e indireta de sua especificidade.

Encerrado esse período, em especial na administração de Rodrigues Dória(1908-1911), começa a ser definida uma proposta para a Educação Física que, nos regulamentos

educativos sergipanos, é expressa mediante propósitos por um alinhamento com as propostas já implantadas nos estados da região Sudeste, principalmente em São Paulo. Objetivava-se, em Sergipe, uma ação mais incisiva para a implementação das propostas educacionais, expectativas que não se efetivaram, devido a certas adversidades incontornáveis, principalmente à falta de recursos orçamentários do Estado.

Apesar da fragilidade comprometedora da ação do Estado, a proposição da Educação Física na norma educacional sergipana foi efetiva, observando-se, a partir dela, a ginástica como prática obrigatória nas escolas, sendo um dos itens para a inspeção escolar, e o estabelecimento de determinações quanto ao trato metodológico no programa da matéria. Quanto à atuação do poder público estadual, podemos verificar que se procurava encaminhar um ajustamento de Sergipe aos moldes da modernização do país. Porém, é bem oportuno considerar:

*No emaranhado dos desafios que compõem e descompõem o Brasil como nação, as produções científicas, filosóficas e artísticas podem revelar muito mais o imaginário do que a história, muito menos a nação real do que a ilusória. Mas não há dúvida de que a história seria irreconhecível sem o imaginário. Alguns segredos da sociedade se revelam melhor precisamente na forma pela qual ela aparece na fantasia. Às vezes, a fantasia pode ser um momento superior da realidade (IANNI, 1996, p.48).*

A Educação Física, pelo observado no contexto educacional sergipano, era muito menos do que se desejava ou do que poderia ter sido realmente. Ela se associava a um conjunto de aspirações, num momento em que havia uma sociedade ansiosa por uma situação mais desenvolvida, republicana, democrático-burguesa, mas que não se desarraigava de uma tradição fortemente consolidada, mantendo uma estrutura sobremaneira arcaica, contrária aos tão defendidos “novos tempos”.

As normas, certamente, possuem um aspecto positivo que lhes é inevitável. Segundo Barros (1986, p. 11), “as idéias que se exprimem em lei não têm por função, simplesmente, consagrar a situação presente: a lei é ‘educadora’, exprime um ideal ainda irrealizado e deve ser uma das forças a trabalhar sua realização”.

No caso do quadro educacional sergipano da época estudada, evidencia-se um distanciamento entre o “dever ser” dos regulamentos e a realidade, constatando-se que os regulamentos não apenas se antecipavam aos fatos, anunciando novos tempos e buscando a escola do futuro, mas ignoravam-nos e apenas semeavam esperanças. Confirma-se, assim, uma profunda contradição entre a realidade e a ação possível, e o discurso e a formalidade dos atos normativos que aconteceram no Estado de Sergipe nos anos pesquisados.

## **Bibliografia**

BARROS, Roque Spencer Maciel. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Edusp, 1986.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.2, p.177-229, 1990.

DANTAS, José Ibarê C. **O Tenentismo em Sergipe**. 2.ed. Aracaju: Gráfica Editora J.Andrade Ltda, 1999.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/USP, 1976.

NUNES, Clarice. A cultura jurídico-política e a educação brasileira: um campo de estudos em aberto. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, nº 18/19, p.6-15, dez/1993-jul/1994.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **Legislação e Educação: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República – 1889/1930**. 2004. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do “longo século XX” brasileiro**. In: SAVIANI, Dermeval [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. República: da Belle Époque à Era do Rádio. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v.3, 1999. p.9 – 48.